



**Secretaria de Estado da Educação**

# **CLIPPING**

09 de agosto 2012



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** G1 Santa Catarina

**Editoria:** Educação

**Data:** 09/08/12

**Assunto:** Estão abertas as inscrições para o programa Jovens Embaixadores

**Página:** Online



SANTA CATARINA



# Estão abertas as inscrições para o programa Jovens Embaixadores

Para participar, alunos devem cursar ensino médio e ter entre 15 e 18 anos. Serão selecionados 35 estudantes para intercâmbio nos Estados Unidos.

Do G1 SC

Tweet



Programa dá oportunidade a jovens brasileiros  
(Foto: Reprodução RBS TV)

Estão abertas até o dia 26 de agosto as inscrições para o programa Jovens Embaixadores, da Secretaria de Educação, que vai selecionar 35 estudantes da rede pública de ensino para um intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos.

Para participar, os alunos devem estar cursando o ensino médio, ter entre 15 e 18 anos, ter um excelente desempenho escolar, boa fluência em inglês e fazer trabalho voluntário na comunidade em que mora. Para preencher o formulário de inscrição, o candidato deverá acessar o **site**. O programa foi criado no Brasil em 2002 e agora é desenvolvido

em 25 países. Desde o lançamento, 294 brasileiros da rede pública já participaram do programa.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> ALESC	<b>Editoria:</b> Notícias	<b>Data:</b> 08/08/12
<b>Assunto:</b> Comissão debate o não cumprimento da Lei do Magistério		<b>Página:</b> Online



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



08/08/2012 - 13h30min

### Comissão debate o não cumprimento da Lei do Magistério

Professores de todas as regiões do estado lotaram o auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), na noite desta terça-feira (07), em Criciúma. Discutir o cumprimento da Lei Nacional do Magistério, aprovada em 2009, foi o motivo que os levou à audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa.

Conduzida pela deputada Luciane Carminatti (PT), vice-presidente da comissão, a audiência colheu propostas de encaminhamentos: uma solicitação de outra audiência com a presença de procurador do Ministério Público Estadual; um requerimento à Comissão de Educação para aprovação de pedido de auditoria ao Tribunal de Contas (a intenção é apurar onde estão sendo aplicados os repasses dos governos federal, estadual e municipal para a educação). A proposição de nova audiência num prazo de até 60 dias, com o objetivo de levantar os resultados desta audiência, foi mais um encaminhamento. Luciane ressaltou que, como professora, sabe que existe uma defasagem, em nosso país, em relação à educação. "Precisamos de um plano de carreira que seja motivador para que os professores não desistam da profissão e a exerçam da melhor maneira. A Lei Nacional do Magistério, aprovada pelo Congresso Nacional, diz que o educador precisa ter o mínimo de piso salarial dentro do Estado brasileiro. Se não defendermos o cumprimento desta lei, abrimos mão de um Estado Democrático de Direito".

Segundo a deputada, o objetivo da audiência é ter bem claro que a lei já é válida e que, enquanto sociedade, todos precisam agir para garantir mecanismos para o cumprimento da lei. Como os municípios, estado e nação cumprirão esta lei foi a temática da noite. Ela destacou, ainda, que a única região do estado que se manifestou em razão do não cumprimento da lei foi a região sul.

Maria Bárbara Righetto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região (Siserp CRR), fez um resumo das lutas por que passaram os professores em busca dos seus direitos desde que a lei foi aprovada. As promessas de prefeitos da região sul do estado, não cumpridas, foram destaque em sua fala. "O que os prefeitos pregam é que não podem desrespeitar a lei eleitoral, mas desrespeitam a lei federal, já aprovada. Queremos, nesta audiência pública, pedir este encaminhamento: que os professores não precisem mais passar o que já passaram desde a aprovação da lei não cumprida até hoje".

#### Debate jurídico

O assessor jurídico do Siserp CRR, Haroldo Bez Batti Filho, esclareceu que o artigo da lei eleitoral citado pela presidente do sindicato trata de uma revisão geral de salário para todos os servidores públicos. "Os prefeitos alegam não poderem repassar o reajuste obrigatório, por lei, nos 180 dias que antecedem a eleição, mas isto não procede. O que eles não podem fazer é pagar a todos os servidores, sem especificidade, nos dias estipulados por lei, que antecedem o fim do mandato".

Conforme o advogado, alguns governantes justificam o não repasse do reajuste por se tratarem de duas leis, em que uma versa sobre um valor e a outra sobre um valor diferente. "Neste caso o que prevalece é a lei mais recente e específica que prevê um aumento de 22,22% no piso do magistério".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Um dossiê elaborado por Valdecy da Costa Alves, também assessor jurídico do sindicato, esclarece que os outros municípios do estado não deram esta justificativa para o não repasse, a não ser os de Cocal do Sul, Içara, Siderópolis e Criciúma. Conforme o assessor, "a violação ao direito local tem que repercutir, porque uma injustiça em algum lugar é uma injustiça em todos os lugares".

Alves destacou a ausência dos prefeitos da região e de representantes do Ministério Público. "O papel do MP é o de fiscalizar o cumprimento de leis. É impressionante que numa audiência em que se discute esta matéria não tenha ninguém. Os promotores convidados sequer mandaram uma justificativa". Ele apresentou um levantamento de quanto entrou a mais do Fundeb para a educação e informou que em Cocal Sul entraram mais de R\$ 298 mil, em Siderópolis R\$ 121 mil de incremento para a educação que não estão sendo aplicados.

"O piso do MEC de R\$ 1.451 não está de acordo com o que foi decidido em lei. O direito de cumprir 1/3 da jornada de trabalho também está sendo violado. Para poder pagar o piso 'pirata' do MEC, os estados e municípios estão desfazendo os acordos", declarou o advogado.

Renaldo Pereira, representante da CUT/SC, ressaltou que o não cumprimento da lei não é questão apenas dos prefeitos, mas também do governo do estado. "Direito não se reduz, mas se amplia", e a presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina (Fetram), Ieda Mara Vargas, ressaltou que a federação busca propostas dos municipais, que são os que tocam os municípios.

Lair Gregorio, secretária de Educação de Cocal do Sul, apresentou-se solidária a causa e foi a única representante municipal a participar da audiência.

**Professores manifestaram seu descontentamento**

Maria da Dores Vieira, professora aposentada, ressaltou que os aposentados continuam a luta, até porque agora têm tempo. A professora parabenizou a secretária de Educação de Cocal do Sul por estar presente à audiência mesmo com o pouco tempo em que está no cargo, e aproveitou para fazer uma denúncia. "Uma professora de Cocal do Sul não conseguiu sua progressão mesmo com avaliação 'A' em 30 dos 32 itens da prova, por ter participado das manifestações de greve. A justificativa foi a de que ela tinha um dia de falta em suas aulas". Maria das Dores lastimou este tipo de acontecimento e a falta de palavra de prefeitos e secretários de educação.

Janete da Silva, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em educação de Santa Catarina (Sinte-SC), avaliou o descumprimento da Lei Nacional do Magistério como crime. "Isso significa a destruição da nossa carreira. Por que não incluímos prefeitos e governador, que não cumprem esta lei, na Lei da Ficha Limpa?", questionou. Segundo ela, o magistério é uma profissão em extinção e, se não cobrarem o cumprimento da lei, contribuirão com este fim. (Michelle Dias)



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Portal da Ilha	<b>Editoria:</b> Notícias	<b>Data:</b> 09/08/12
<b>Assunto:</b> Pré-vestibular da UFSC/SED divulga resultado do processo seletivo 2012		<b>Página:</b> Online



### Pré-vestibular da UFSC/SED divulga resultado do processo seletivo 2012

O Pré-vestibular da UFSC/SED divulgou nesta terça-feira, 7, a lista dos selecionados no processo seletivo 2012. As matrículas acontecem quarta e quinta-feira, 8 e 9 de agosto, respectivamente, das 19h às 21h30.

Com exceção de Criciúma, onde as matrículas serão feitas na sexta-feira, 10. As aulas terão início na segunda-feira, dia 13 de agosto, no horário previsto para cada unidade. O projeto encerrou seu processo seletivo com mais de 10 mil inscritos para as 3.200 vagas distribuídas em 29 cidades do Estado.

O Pré-vestibular da UFSC/SED é oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED), cuja parceria firmou-se em 2008. No ano de 2011, o projeto alcançou o expressivo número de 72% de aprovações em universidades públicas de Santa Catarina.

Em 2012, o Pré-vestibular da UFSC estará presente nas cidades de: Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Concórdia, Curitibanos, Florianópolis (UFSC e IEE), Imbituba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Navegantes, Palhoça, Rio do Sul, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste, Santo Amaro da Imperatriz, Tubarão e Xanxerê.

#### Serviço:

Resultado: dia 7 de agosto (terça-feira) no site [www.prevestibular.ufsc.br](http://www.prevestibular.ufsc.br) e [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br).

Matrículas: quarta (8) e quinta-feira (9), das 19h às 21h30. Com exceção de Criciúma, onde as matrículas acontecerão na sexta-feira (10).

Início das aulas: 13 de agosto (segunda-feira).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> MEC	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 09/08/12
<b>Assunto:</b> Presidente do CNE defende mais autonomia para escolas públicas		<b>Página:</b> Online



### **Presidente do CNE defende mais autonomia para escolas públicas**

José Fernandes Lima afirma que essas instituições precisam conhecer e debater as diretrizes nacionais para o ensino médio, aprovadas em janeiro deste ano

Há pouco mais de um mês na presidência do Conselho Nacional de Educação (CNE), José Fernandes Lima diz que as escolas públicas precisam conhecer e debater as diretrizes nacionais para o ensino médio, aprovadas em janeiro deste ano. “As diretrizes devem provocar a reação da escola”, diz ele, convencido de que a transformação da etapa final da educação básica no Brasil só se dará a partir de projetos político-pedagógicos criados pelas escolas públicas.

“A educação se faz na escola, na sala de aula, na relação do aluno com o professor. Não adianta a gente imaginar que essa transformação vai ocorrer por meio de uma lei”, afirmou José Fernandes, em entrevista à Rede de Comunicadores da Educação. “Não dá para se fazer no Brasil uma receita única, rígida, que se aplica a todas as escolas e regiões. Temos de dar sinalizações, direcionamentos, e apostar no compromisso e na capacidade dos professores e das escolas”, acrescenta.

Esse papel norteador, esclarece, é das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. “A legislação dá autonomia para as escolas criarem seus projetos pedagógicos, mas, muitas vezes, elas não se sentem à vontade para essas mudanças ou não têm informações suficientes. As diretrizes devem provocar esse debate para que as escolas assumam o compromisso de melhorar a educação”, diz. O Ministério da Educação envia ainda este ano as diretrizes para todas as escolas públicas.

Segundo o presidente do CNE, as diretrizes dão identidade ao ensino médio e destacam três eixos que devem ser trabalhados simultaneamente no ensino médio: a preparação para a continuidade dos estudos, a educação básica para o trabalho e conteúdos para o exercício da cidadania. “A escola deve dar conta dos conhecimentos científicos, mas as diretrizes deixam claro que não são únicos. É preciso tratar da relação entre as pessoas e com o meio ambiente”, explica. Por isso, a importância da formação continuada dos professores para a atualização de conteúdos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para Fernandes Lima, o ensino médio no Brasil traz muitos desafios, como o grande número de conteúdos que acabam por engessar o currículo e inibir a capacidade criativa da escola. Nesse sentido, ele entende que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um direcionador, ao exigir mais raciocínio e menos memorização. “Os vestibulares sempre tiveram o objetivo de reprovar, o que obriga os alunos do ensino médio a estudar excesso de detalhes. Isso não é importante para a vida do estudante. Ele precisa aprender a gostar de estudar, a buscar o conhecimento.”



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Geral

**Data:** 09/08/2012

**Assunto:** Exemplos da sala de aula

**Página:** 42

# DIÁRIO CATARINENSE

## PRÊMIO VICTOR CIVITA

# Exemplos da sala de aula

CAROLINE STINGHEN E CAROLINE PASSOS

A educação de Santa Catarina está sendo reconhecida em prêmio nacional. Dois professores, um do Oeste e outro do Norte do Estado, estão entre os vencedores do prêmio Victor Civita Educador nota 10. Entre mais de 2,5 mil participantes, Cesar Luis Theis e Valkiria Grun Karnopp integram o grupo de 11 profissionais que se destacaram em todo país.

Eles também estão concorrendo ao título de Educador do Ano de 2012, na mesma premiação, que ocorrerá em outubro deste ano, em São Paulo. O prêmio tem como objetivo identificar, valorizar e divulgar experiências educativas de qualidade, planejadas e executadas em escolas de ensino regular.

Foi a própria cidade em que mora e trabalha que inspirou a professora



CESAR LUIS THEIS. ARQUIVO PESSOAL

Cesar resgatou o boi-de-mamão

de matemática de Joinville, Valkiria Grun Karnopp, de 41 anos de idade e 24 de trabalho na educação.

O projeto desenvolvido neste ano, entre fevereiro e abril, com o tema Joinville e a Matemática, foi aplicado na escola Municipal Governador Pedro Ivo Campos.

– Levei a bicicleta para dentro da sala de aula, para falarmos de círculos,

circunferência, raio. Depois passamos a estudar os polígonos, que poderiam ser encontrados nas casas enxaimel. Com as dobraduras de flores eles estudaram os ângulos – disse.

O resgate à cultura do boi de mamão feito pelo professor Cesar Luis Theis, de Dionísio Cerqueira, rendeu o prêmio com o projeto Memórias da Fronteira, desenvolvido com a 9ª série da Escola Estadual Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto.

O trabalho mostrou aos alunos a adaptação do boi de mamão feita no Extremo Oeste entre as décadas de 1980 e 1990. A tradição típica do Litoral chegou a Dionísio Cerqueira, mas acabou esquecida na metade dos anos 2000, sendo resgatada agora. Os alunos ajudaram a confeccionar o figurino e a encenar a cultura. A apresentação envolveu, inclusive, alunos argentinos que vivem na fronteira.

reportagem@diario.com.br



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Opinião	<b>Data:</b> 09/08/2012
<b>Assunto:</b> Novos quadros na educação		<b>Página:</b> 06

# Notícias do Dia

## Novos quadros na educação

Pela complexidade que lhe é inerente, a educação é a área que maiores desafios apresenta aos governos – sobretudo no Brasil, onde a distância entre o estágio ideal e a realidade é abissal desde que o primeiro professor entrou numa sala de aula, na época colonial. Nem a saúde, nem a segurança, cujas demandas cresceram substancialmente nas últimas décadas, exigem o planejamento e os investimentos que o ensino requer num país com as dimensões e a imensa diversidade social brasileira.

Situada numa região com performance acima da média nacional, Santa Catarina também está aquém do pretendido quando o assunto é educação. Agora, depois de oito anos, o governo do Estado decidiu realizar um novo processo de admissão de professores, para reduzir a defasagem de mestres e efetivar profissionais melhor preparados que a maioria dos ACTs que substituem efetivos que se aposentam ou se afastam por conta de doenças funcionais.

Contratar 2.000 professores num período de dois anos pode parecer pouco, mas certamente oxigenará o setor, eliminando em par-



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

te a falta de pessoal formado e renovando o quadro – embora nem sempre os egressos das universidades estejam preparados para encarar o novo quadro familiar e social do país.

Santa Catarina reduziu o analfabetismo de uma década para cá, mas ainda enfrenta problemas de estrutura e as consequências nefastas da aprovação automática, que permite a progressão sem que o aluno esteja preparado para seguir adiante. A torcida é para que haja boa procura pelo concurso, mesmo com as deficiências e os salários pagos pelo Estado.